

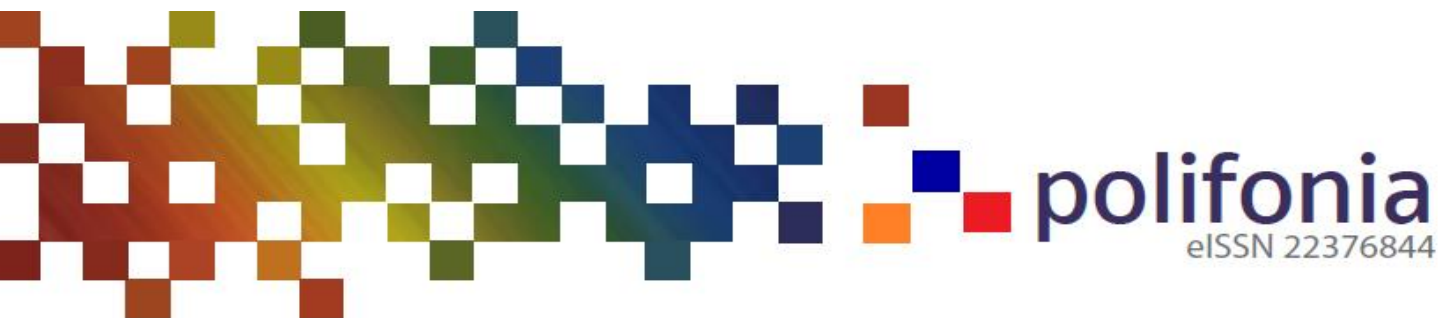
A institucionalização do estudo das línguas indígenas brasileiras: entrevista com Ana Suelly Arruda Câmara Cabral

Ariel Pheula do Couto e Silva
Instituto de Letras, Universidade de Brasília (UnB)
Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas (LALLI/UnB)

Rose Luciano
Doutoranda em Linguística, PPGL/UnB
Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas (LALLI/UnB)

Introdução

Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, professora titular da Universidade de Brasília e coordenadora do Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas (LALLI) do IL/UnB, dialoga com Ariel Silva e com Rose Luciano sobre a história do LALLI, ressaltando o papel do professor Aryon Dall’Igna Rodrigues na sua criação e consolidação. Ressalta o importante papel do LALLI na formação de pesquisadores indígenas e não indígenas, assim como a importância dos seus projetos de educação e fortalecimento de línguas indígenas e a atuação de seus pesquisadores junto a povos de recente contato. Ana Suelly fala ainda sobre as dificuldades e desafios na orientação de estudantes indígenas em nível de mestrado e doutorado em linguística e comenta sobre o papel da Revista Brasileira de Linguística Antropológica na difusão de conhecimentos científicos transdisciplinares sobre línguas indígenas. Por fim, observa a importância de os projetos serem cooperativos e colaborativos, somando esforços de pesquisadores indígenas e não indígenas, para juntos atuarem em benefício dos povos indígenas. A entrevista, concedida por Ana Suelly Arruda Câmara Cabral a Ariel Pheula do Couto e Silva e a Rose Luciano, no dia 06 de outubro de 2023, no Laboratório de Línguas e Literaturas do IL/UnB, é uma contribuição



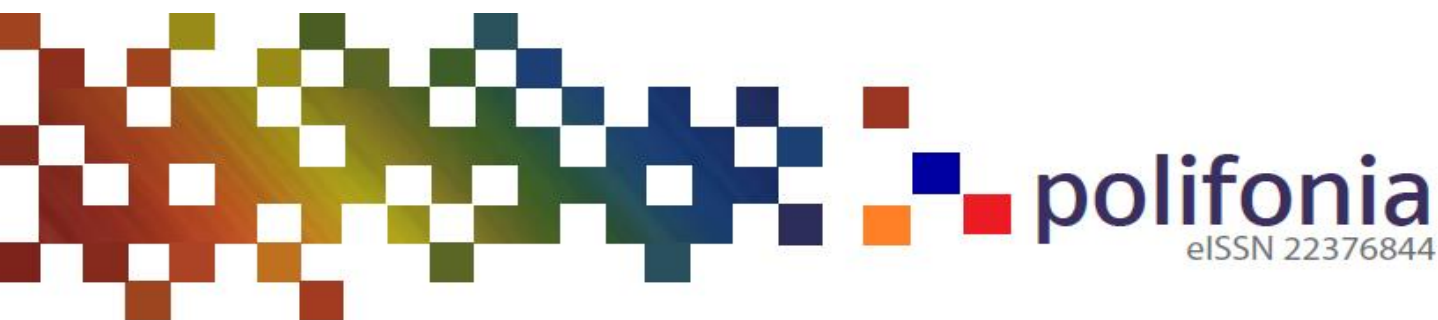
para a historiografia da linguística de línguas indígenas no Brasil, levando-se em consideração o posicionamento ativo do pesquisador/a indígena e não indígena, em prol do bem viver dos povos indígenas.

Entrevista

Ariel Silva: Professora Ana Suelly, gostaria que a senhora comentasse um pouco sobre a história do Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas (LALLI), anteriormente chamado de Laboratório de Línguas Indígenas (LALI), e que comentasse também alguns dos projetos pioneiros, incluindo o Inventário Nacional da Diversidade Linguística da língua Asuriní do Tocantins, e congressos que organizou com temas inovadores como o congresso “Metáforas em Línguas Indígenas”, em 2014.

Ana Suelly: Primeiramente, a gente tem que falar um pouco sobre o Laboratório de Línguas Indígenas (LALI), que foi criado pelo professor Aryon Dall’Igna Rodrigues, em 1999. O professor Aryon havia sido anistiado, um ano antes, e voltado para a UnB, de onde ele partira em 1965, quando pediu demissão com outros professores por não aceitarem a política do regime ditatorial da época. Então o professor Aryon volta para a UnB para dar continuidade a sua história nessa instituição.

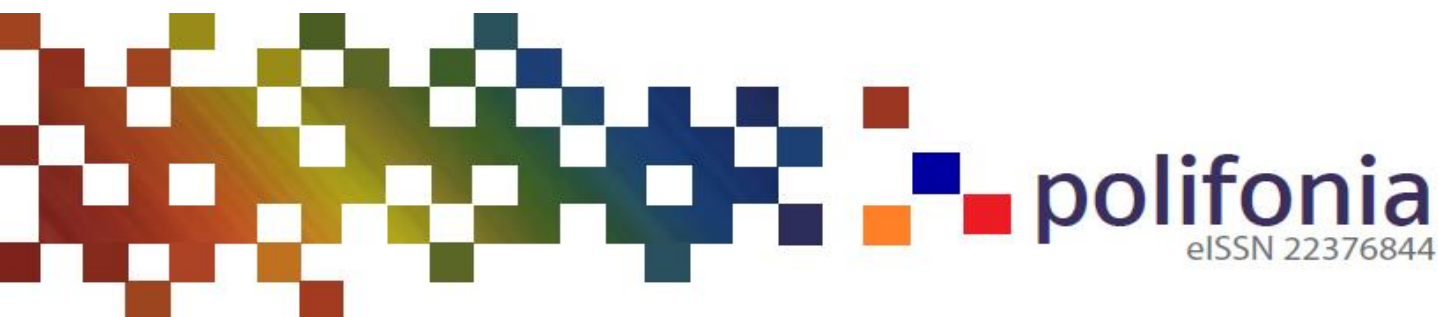
A gente sabe que quando o professor Aryon foi contratado para a UnB, por Darcy Ribeiro, em 1963, ele fez grandes reformas no curso de Letras, propondo o fortalecimento de um Departamento de Linguística no Instituto Central de Letras. Ele trabalhou para que houvesse programas específicos, como o de linguística, e criou o primeiro mestrado em linguística no Brasil. E, desde aí, as línguas indígenas se fizeram presentes na Universidade de Brasília, com a primeira dissertação de mestrado em linguística de autoria de Gilda Azevedo sobre a língua Kiriri, uma língua indígena outrora falada no nordeste do Brasil (cf. Azevedo, 1965).



Nessa época o professor Aryon já trabalhava para associar a linguística e a antropologia em um mesmo departamento. Bom, ele teve que deixar a UnB, quando do golpe militar. O professor Aryon Rodrigues já tinha um nome, foi o primeiro doutor em linguística do Brasil (cf. Rodrigues, 1959), tinha passado pela Universidade Federal do Paraná e pela Universidade de Brasília, quando foi para o Museu Nacional e depois para a Unicamp, sempre levando a sua ideia de desenvolver a linguística no Brasil, e, sobretudo, criando ou ajudando a criar cursos de pós-graduação em linguística.

Em 1988, antes de retornar à UnB, ele estava engajado em um grande projeto de pesquisa científica com Marisa Barbar Cassim, na época diretora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do CNPq. Foi o primeiro grande projeto de apoio aos estudos descritivos e teóricos de línguas indígenas no Brasil, que permitiu a criação de quatro cursos em diferentes estados, para formar linguistas de línguas indígenas. Esse foi também o programa que abriu espaços para projetos de pesquisa. Na realidade era uma política, que privilegiou quatro tipos de ações: cursos de curta duração, na época, realizados na Universidade de Brasília, dirigido pela professora Stella Maris Bortoni; no Museu Paraense Emilio Goeldi, dirigido pela doutora Márcia Damaso Vieira; na Universidade Federal de Goiás, dirigido pela doutora Raquel Teixeira; e na USP, dirigido pelo doutor Waldemar Ferreira Netto.

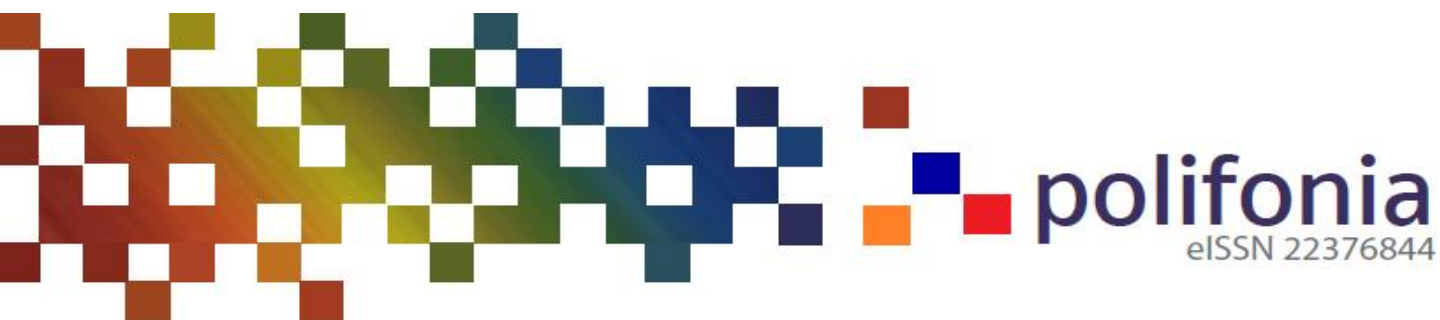
Mas esse projeto também promoveu a concessão de bolsas de estudos para o doutorado em linguística no exterior. Filomena Sândalo, Yone Vasconcelos e eu [Ana Suelly Arruda Câmara Cabral] fomos as primeiras beneficiadas com bolsas de estudo no âmbito desse projeto, para realizarmos doutorado na Universidade de Pittsburgh (PA/EUA). Esse grande projeto previa também a concessão de bolsas para mestrado em linguística no Brasil e para projetos objetivando a pesquisa científica e a documentação de línguas indígenas. O projeto era a concretização de uma política que já se preocupava com o levantamento do número de línguas faladas no Brasil, o que foi feito na época por Aryon, em 1986. Infelizmente, esse projeto foi interrompido no governo Collor.



Em 1988, o prof. Aryon, retorna à Universidade de Brasília, anistiado, e retoma toda uma história de trabalho, iniciada em 1963, e já reconhecido no mundo, como um grande linguista. Porque o prof. Aryon, a gente sabe, foi um “Google” das línguas indígenas, principalmente nas décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980. Era o único detentor de vasto conhecimento sobre a bibliografia relativa às línguas e os povos indígenas. Serviu de consultor a intelectuais estrangeiros e brasileiros que queriam informações sobre os povos, línguas e culturas indígenas do Brasil. Então ele vem para cá em 1988, época em que estava sendo desenvolvido o PCLIB – Programa Científico de Línguas Indígenas Brasileiras, e vai retomar a orientação de mestres em línguas indígenas. Até a década de 1980, não havia ainda doutorado em linguística na Universidade de Brasília.

No ano em que o prof. Aryon retornou a UnB, cursei duas disciplinas com ele, na qualidade de aluna especial. Foi quando dei início à minha pesquisa da língua Kokáma orientada por ele, o que me possibilitou o status de pesquisadora junior, declarado em documento assinado pela profa. Stella Maria Bortoni, que, na época era Diretora do Instituto de Letras da UnB.

O prof. Aryon acompanhou posteriormente meus estudos em Pittsburgh e, no meu retorno, passou a cooperar comigo na pesquisa e ensino que desenvolvi na UFPA, a partir de 1996. Realizamos pesquisas juntos a indígenas Asuriní e Araweté, em Altamira; organizamos juntos uma edição de seminários de Línguas Indígenas na UFPA, com apoio do CNPq, levando para essa universidade várias palestrantes da UFRJ, Unicamp e de instituições estrangeiras. O prof. Aryon lecionou um curso de linguística histórica na Pós-Graduação onde eu atuava e em 2001 organizamos o primeiro encontro internacional do GT de Línguas Indígenas da ANPOLL, onde foram apresentados 70 trabalhos por pesquisadores de diferentes instituições brasileiras, como Unicamp, UFRJ, UFPE, UFAL, UNIR, UnB, UFG, UFPA, MPEG e estrangeiras, Universidade de Chicago, Universidade de Amsterdam, Universidade de Oregon, CNRS e Sorbonne (França), entre outras.



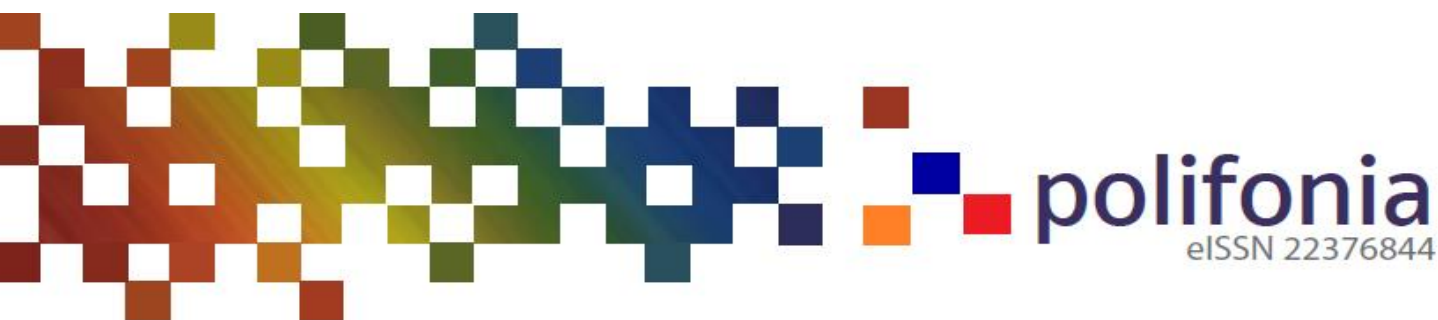
Publicamos, em seguida as Atas desse encontro em 2002 pela editora da UFPA, edição que logo se esgotou (cf. Cabral & Rodrigues, 2002).

Entre 1996 e 2002, período em que atuei na UFPA, colaboramos intensamente em Belém e em Brasília até que, em 1999, o professor Aryon criou o Laboratório de Línguas Indígenas (LALI). Sua intenção era a de me levar para a UnB, para que juntos desenvolvêssemos o LALI. Em 2002, minha transferência foi consolidada e o LALI passou a ser a nossa segunda casa. De 2002 a 2013, vivenciávamos o LALI de domingo a domingo, sempre acompanhados de alunos interessados nas línguas indígenas. O prof. Aryon chegou a orientar nesse período 17 dissertações de mestrado. O LALI, desde então, passou a ter uma importância grande na Universidade de Brasília, visto que aquele espaço inicial para as línguas indígenas que ele havia criado na década de 1960, não mais estava ativo.

O prof. Aryon tinha também uma grande preocupação com a falta de profissionais capacitados para o ensino da linguística nos cursos de letras e linguística no Brasil. Algo que ele já expusera no seu artigo “Tarefas da Linguística no Brasil”, de 1966 (cf. Rodrigues, 1966).

Então tem toda essa história do prof. Aryon Dall’Igna Rodrigues. Ele cria o LALI com objetivos muito precisos. Nessa época, o professor Aryon recebeu o título de professor Emérito da Universidade de Brasília, professor honorário da Universidade Federal do Paraná, membro honorário da *Linguistic Society of America* (LSA), e membro honorário da Sociedade para o Estudo das Línguas Indígenas das Américas (SSILA).

O Laboratório de Línguas Indígenas começou, desde o seu início, a servir ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP) da Universidade de Brasília, contribuindo com a formação de novos pesquisadores e a promoção da pesquisa documental, analítica e teórica, sobre línguas indígenas faladas no Brasil. E essa política, essa formação, ocorreram com o acolhimento, supervisão e orientação de estudantes de graduação do programa de iniciação científica – ProIC, onde a gente atuava, desde a

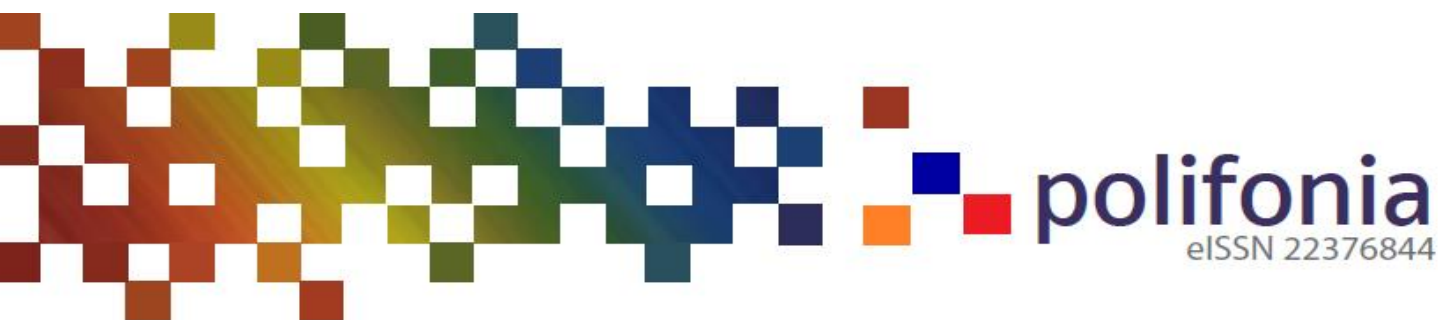


iniciação científica, e depois, estudantes de pós-graduação, nos cursos de mestrado e doutorado em linguística. Passamos também a admitir alunos e estagiários vinculados a outras instituições, sobretudo das regiões Centro-Oeste e Norte. E é muito interessante porque nessa época doutoraram-se diversos alunos oriundos de outras universidades, sobretudo da Universidade Federal do Pará.

Isso foi muito importante, porque expandiu o então LALI, e depois que esses alunos se tornaram doutores e fizeram concursos em outros estados do Brasil, continuaram a colaborar com o LALI, uma prática que continua a se fortalecer. Então, a importância que passou a ter o LALI, a gente pode dizer que começou por aí, pela formação de pesquisadores, o LALI sendo sempre coadjuvante do PPGL da UnB. Como diz um nosso ex-aluno, hoje colega, o LALI está por todo o Brasil representado. Esse foi um importante propósito do LALI, que trouxe resultados positivos. Egressos do LALI são hoje professores em universidades federais, como Universidade Federal do Amazonas, Universidade de Rondônia, Universidade Federal do Mato Grosso, Universidade Federal da Grande Dourados, Museu Nacional/UFRJ, Universidade Federal do Amapá, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Sudeste do Pará, Universidade de Brasília, Universidade Federal de João Pessoa, Universidade Estadual do Pará, Instituto Federal do DF e Instituto Federal de São Gabriel da Cachoeira.

Em 2011, o professor Aryon resolveu mudar o nome do LALI para LALLI, em que o segundo L corresponde a Literaturas. Desde então o Laboratório de Línguas Indígenas passou a se chamar Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas. Essa mudança decorreu da preocupação do prof. Aryon de que o LALLI da UnB não fosse confundido com outro, criado na época em outra universidade.

No LALLI, é realizado muito trabalho de campo, para a documentação e análise linguística, fonológica e gramatical das línguas indígenas brasileiras, sobre diferentes enfoques, descritivos, históricos, sociolinguísticos, dentre outros. O LALLI tem sido o espaço que mais se dedica à linguística histórico-comparativa, e que teve à frente o



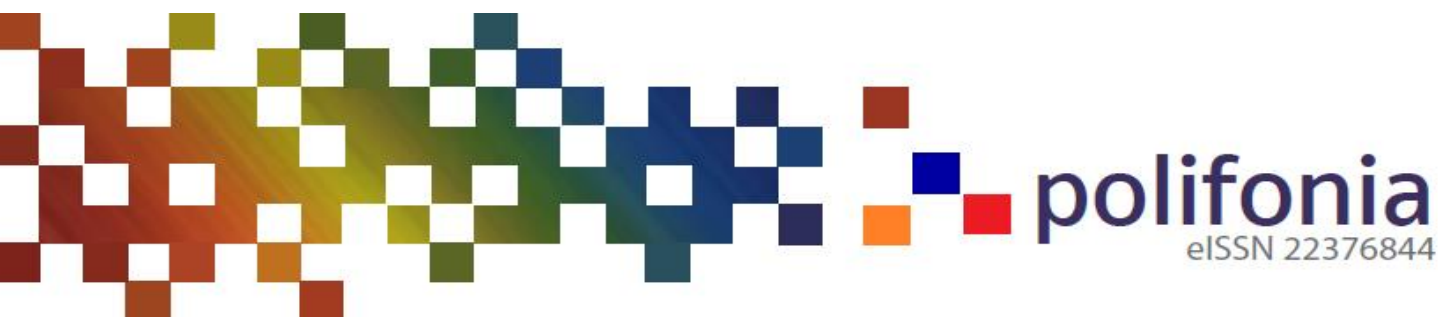
professor Aryon Dall’Igna Rodrigues. Essa pesquisa foi promovida mediante a aplicação de metodologia histórico-comparativa, abordando tanto a comparação de novos dados lexicais e gramaticais, para melhor determinar a relação genética entre as línguas; e havia uma preocupação com o desenvolvimento de competência para a reconstrução de fases pré-históricas das famílias linguísticas. Então foram várias teses e dissertações desenvolvidas no LALLI, nessa perspectiva.

Mas o LALLI também teve uma função, um papel importante, no apoio a programas de ensino linguístico junto a comunidades indígenas, foram vários projetos. Os projetos eram lançados pelas instituições e nós sempre estávamos participando de editais, como foi caso do projeto “Observatório da Educação Escolar Indígena”. Na época do Observatório, nós lutamos por uma política inclusiva, abrindo espaço para os indígenas poderem fazer sua pós-graduação em linguística, na Universidade de Brasília. Nós somos pioneiros no Brasil, em termos de lutar por uma inclusão de indígenas na pós-graduação em linguística.

A UnB foi, assim, a primeira universidade brasileira que promoveu editais diferenciados para a entrada de indígenas na UnB, em 2006. O primeiro aluno, Edilson Martins Melgueiro, indígena Baniwa, falante de Nheengatu e de Baniwa, que já estava na UnB fazendo uma graduação em outra área, concorreu nesse edital. A partir daí foi uma luta grande, mas nós conseguimos estabelecer como política consolidada, a inclusão. Depois do PPGL, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UnB foi o segundo a aderir a essa política inclusiva. Depois vieram as novas políticas que consolidaram a inclusão de indígenas em todos os programas de pós-graduação da UnB.

Então a UnB, através do LALLI, tem essa importância de ter aberto espaço para a inclusão de indígenas na pós-graduação e, hoje em dia, grande parte dos programas de pós-Graduação em Linguística no Brasil abrem vagas para indígenas.

Como dizia, quanto a lançamentos de editais, nós sempre estávamos presentes. Participamos também do Inventário da Diversidade Linguística, fruto de uma política

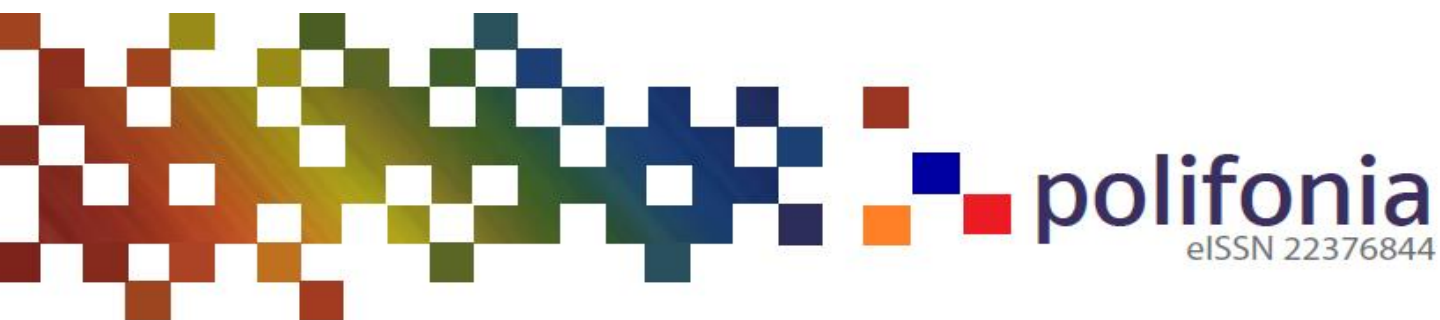


instituída pelo Decreto Nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010, assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O IPHAN tem sido o promotor e executor dessa política e de seu planejamento. Concorremos ao primeiro edital do INDL, e vemos aqui o papel do LALLI, pois de todas as línguas que participaram do edital e que tiveram seus projetos aprovados, apenas duas línguas indígenas foram incluídas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística, recebendo o título de Referência Cultural Brasileira, o Mbyá, com projeto coordenado pelo IPOL, e o Asuriní do Tocantins, com projeto coordenado por equipe do LALLI.

Também participamos de associações em projetos interinstitucionais, como o PROCAD, proposto pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro, na pessoa da professora Marília Facó Soares, em que o LALLI foi fundamental, ajudando na articulação dos participantes desse projeto, e enviando alunos nossos para a UNICAMP, outros para a UFRJ. Recebemos no LALLI, dois alunos da UFRJ.

O LALLI foi sempre muito aberto à promoção do intercâmbio de alunos, inclusive incentivando-os a realizarem estágios de pesquisa e doutorado sanduiche. Mais recentemente, Ariel Pheula do Couto e Silva [entrevistador], realizou seu estágio em Ann Arbor, Michigan/EUA, sob a supervisão da profa. Sarah Grey Thomason (2017) e, atualmente, Leticia Aquino, está em Bloomington, Indiana/EUA, realizando estágio sob a supervisão do prof. Serafin Colonel-Molina. Então, tudo isso é muito importante. O LALLI também recebeu vários linguistas que vieram fazer estágios de pesquisa, como a profa. Françoise Rose, University de Lyon 2, França; ou que permaneceram por alguns anos no LALLI, como foi o caso do prof. Francesq Queixalós, IRD, França.

O LALLI também tem sua importância na promoção de grandes eventos científicos. Desde 2004, iniciou uma série de eventos científicos, com o “Primeiro Encontro sobre Línguas e Culturas dos Povos Tupí”, que já teve cinco edições, sendo que a sua quarta edição, em 2010, foi realizada junto com o “Encontro sobre Línguas e Culturas Macro-Jê”. O quinto encontro da série, foi realizado em 2013, na Universidade

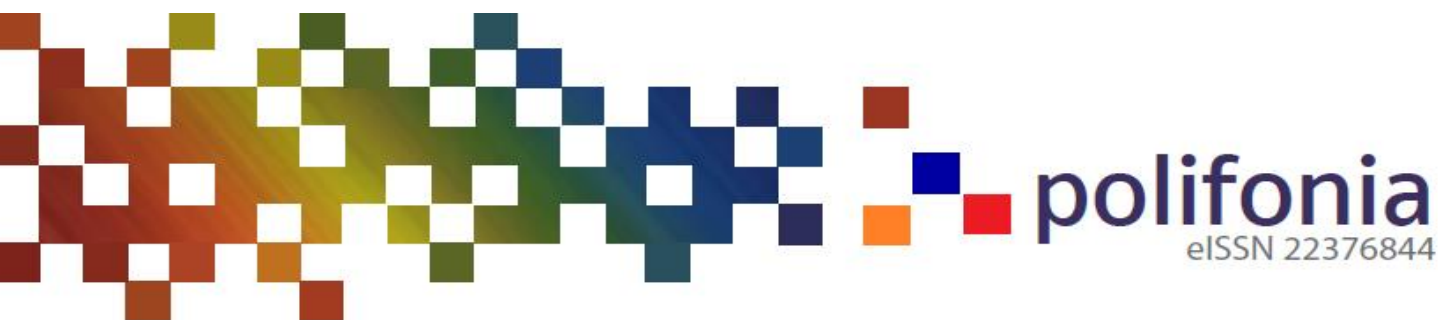


Federal de Rondônia, Campus de Ji-Paraná 2013, na região considerada berço dos povos Tupí. A realização dessa edição tinha em vista proporcionar a participação massiva de indígenas de origem Tupi no encontro. Participaram indígenas falantes de línguas da família Mondé – Cinta-Larga, Paitér, Gavião, Zoró –, falantes de Tuparí, Makuráp, família Tuparí, falantes do Arára, família Ramaráma, falantes de Karitiana, família Arikém, e indígenas Puruborá. O encontro contou também com falantes de Djeoromitxí, falantes de Kwazá, Aikanã, e falantes de línguas das famílias Txapakura e Aruák, foi uma beleza.

Fizemos os primeiros eventos no Brasil sobre línguas ameaçadas de extinção, sendo que no primeiro, convidamos a professora Leanne Hinton, que é considerada advogada dos índios da Califórnia e uma das autoras do livro “How to keep your language alive” (2002). Leanne permitiu que traduzíssemos esse livro para o português, para ajudar nos projetos de revitalização de línguas indígenas brasileiras. A tradução foi feita por Beatriz Carreta Corrêa da Silva e encontra-se publicado no portal da RBLA (cf. Hinton, 2020).

Realizamos encontros promovendo a interface da linguística com a arqueologia, como o “Arqueologia e Linguística Histórica das Línguas Indígenas da América do Sul”, cujos trabalhos apresentados foram publicados no volume 5, números 1 e 2 da Revista Brasileira de Linguística Antropológica (RBLA). Organizamos encontros com temáticas inéditas sobre línguas indígenas, como encontros nunca pensados antes, como “Metáforas nas Línguas Indígenas”, “Os diferentes modos das línguas indígenas sul americanas classificarem referentes de nomes”, dentre muitos outros.

Tivemos em 2018 o “Primeiro encontro de pesquisadores linguistas indígenas” e, em 2019, organizamos um evento internacional muito expressivo, o “II Congresso Internacional sobre Línguas Indígenas e Minorizadas”, em associação com a Universidade de Barcelona e a Universidade de Bloomington. Nós somos parte desse grupo e eu represento, pelo LALLI, a UnB nesse comitê internacional. O próximo evento

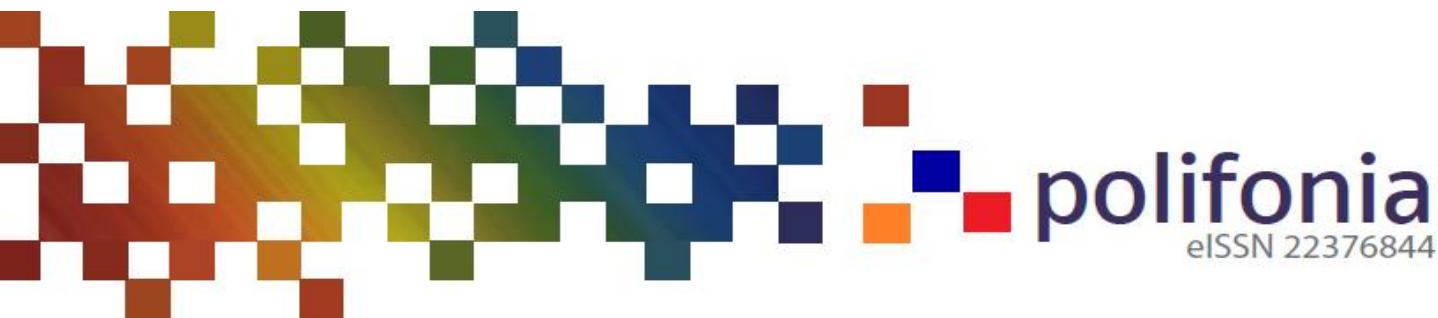


inclusive está previsto para ocorrer em 2024, no Marrocos. Esse evento foi espetacular pois tivemos representantes de 30 países, com representantes indígenas da África, e de vários continentes, sendo também 47 etnias do Brasil. Um encontro científico com trabalhos maravilhosos, publicados inclusive parte pelo IPHAN, outro pela RBLA.

Então é assim o LALLI, essa é a importância do LALLI no desenvolvimento da linguística indígena no Brasil, da década de 1990 para cá. Outra coisa, é que muitos alunos da Universidade de Brasília deixaram o LALLI para fazer pós-graduação na UNICAMP, porque professores que vinham para cá como visitantes ou para fazer Pós-Doutorado, quando regressavam as suas respectivas universidades, levavam alunos do LALLI, como o professor Wilmar D'Angelis, que veio fazer um pós-doutorado aqui e levou três dos nossos alunos para estudar com ele na Unicamp. O Fernando Órfão fez mestrado no LALLI, mas saiu para fazer doutorado na UFRJ e hoje é professor do Museu Nacional. Aqui mesmo, na UnB, a maior parte dos professores que atuam no programa de Pós-Graduação em Linguística e que trabalham com línguas indígenas tiveram a sua formação no LALLI, como a professora Marina Magalhães e o professor Thiago Chacon.

E tem algo muito importante que é a colaboração do LALLI com a Coordenação de Índios de Recente Contatos e Isolados (CGIIRC) da FUNAI, em que nós preparamos jovens pesquisadores para contribuir com as Frentes. Por exemplo, o Ariel Pheula do Couto e Silva, que tem atuado junto aos Avá-Canoeiro do Tocantins desde 2012. O Sanderson Soares Oliveira que atua junto aos Korúbo, dando ajuda muito significativa à FUNAI. A Carolina Aragon, trabalhando com os Akuntsú. A Marina Magalhães, que foi a partir do LALLI que ela foi trabalhar com os Avá-Guajá. A Letícia Aquino, que desenvolve atualmente um projeto muito interessante de revitalização da língua Kanoê, junto aos Kanoê contatados e da aprendizagem do português junto aos Kanoê de recente contato.

Então nós já temos aí Ariel, Sanderson, Carolina Aragon, Marina Magalhães e Letícia. Temos ainda eu [Ana Suelly Arruda Câmara Cabral], que trabalho desde 1992,

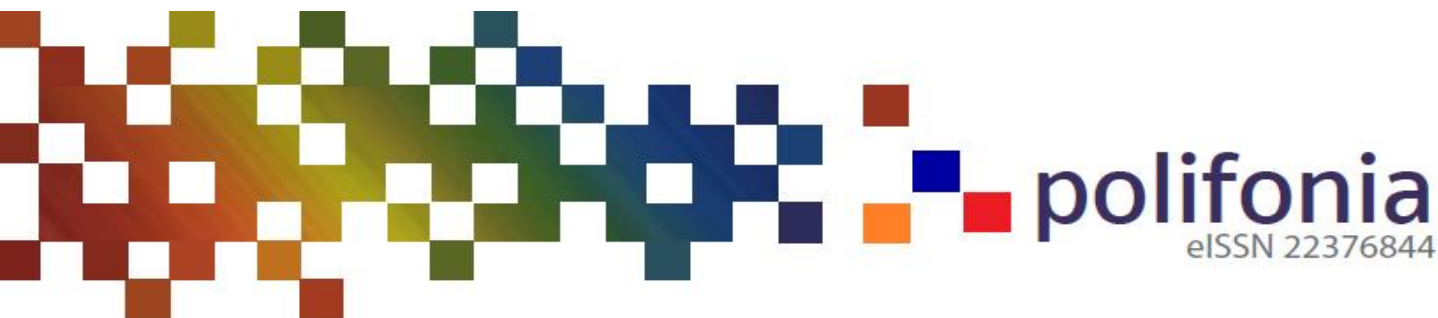


desde o contato oficial com os índios Zo'é. Então essa é uma grande colaboração. Quando eu vejo o Ariel com um dos últimos falantes do Avá-Canoeiro do Tocantins, internado mais de quatro meses no hospital, cuidando desse indígena que não falava português, dentro do hospital, reportando todos os dias o que acontecia com o Xiuguxawaga, para a FUNAI... O Sanderson, com o Sidney Possuelo, avisando os Korúbo não contatados que eles não viessem e isso está filmado. Também assim temos o nosso trabalho na identificação de línguas de índios isolados, nas oficinas junto à FUNAI e a outros órgãos.

Uma outra atuação do LALLI é nas oficinas para os índios, para o estudo das línguas indígenas, alfabetização e letramento. Temos vários projetos assim de retomada e revitalização de línguas indígenas. Começamos com a língua Kokáma, na década de 1980, com inclusive o primeiro indígena, que foi o Antônio Samias, que falou em retomar a língua. Ele não falava em revitalização, mas em voltar a falar a nossa língua Kokáma no Brasil, isso em 1995. Quer dizer, é um trabalho pioneiro que começou aqui na UnB, quando eu fui aceita como pesquisadora associada júnior, aqui no departamento de linguística, pelo professor Aryon e pela professora Stella Maris-Bortoni, que na época era Diretora do Instituto de Letras da UnB.

Então, começou nessa época esse trabalho com a língua Kokáma o que, posteriormente, passou a ser reivindicado por vários outros Kokáma. Tem uma ex-aluna, Altacir Kokáma, que veio primeiramente para o LALLI fazer esse trabalho, recebeu o nosso apoio, participou do projeto Observatório, inclusive ganhando passagem para o início de sua pesquisa. Depois, ela mudou de orientação, foi trabalhar fora do LALLI, mas se tornou uma ativista. Atualmente tem uma outra aluna Kokáma que está fazendo um banco de dados linguístico, com todo o material que eu coletei na década de 1980 e 1990, para devolver para os Kokáma do Brasil.

Então, aqui nós temos, além dessas oficinas direcionadas a professores indígenas, oficinas voltadas ao setor de índios isolados da FUNAI, com foco na importância das línguas, de suas respectivas documentações e estudo linguístico, ressaltando a



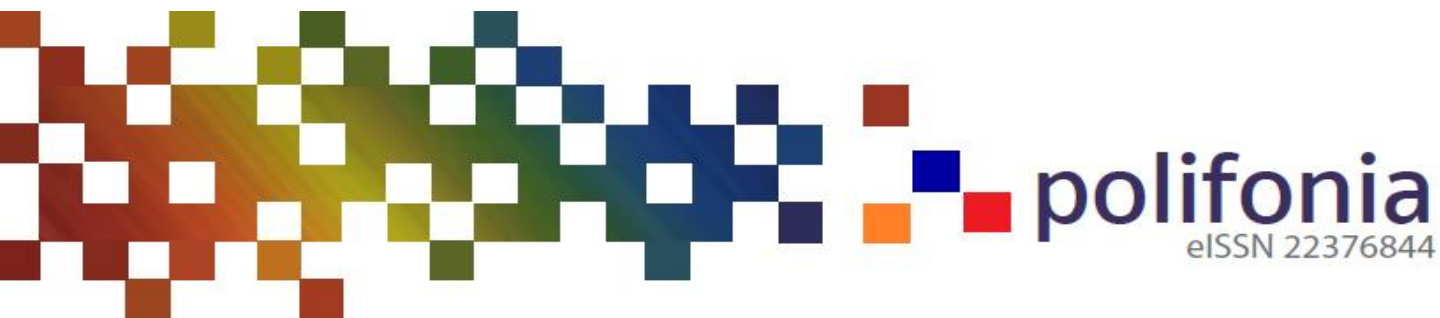
necessidade de aprendizagem da língua pelos servidores da instituição. Já realizamos também oficinas linguísticas, na base da FUNAI na TI Piripkura em 2009 (junto a um indígena Amondáwa), com a valiosa colaboração de Leonardo Lenin e Jair C. Candor e, em 2010, junto a Rita Piripkura e Aripán Karipuna, com a colaboração de Jair C. Candor e Tarcísio S. S. Júnior. Em outubro de 2022, realizamos uma oficina na base Bananeiras, junto a uma falante da língua Sirionó, falada na Bolívia.

Essa oficina já havia sido prevista pelo Sertanista Rieli Franciscato (falecido em 2020), para quem um dos povos isolados da TI Urueu-au-au e, provavelmente o grupo do Massaco teriam alguma relação com o povo Sirionó. A oficina foi realizada com a colaboração de Altair Algayer, sertanista e coordenador da FPE (Frente de Proteção Etnoambiental), Guaporé. Em 2019 realizamos uma oficina na TI Omerê, organizada por Altair Algayer e com a colaboração de Misma Kanoê, Purá Kanoé, Bukwá Kanoê, Letícia Aquino e Neide M. Siqueira.

Então é isso, o LALLI investe na formação linguística, na documentação, estudo linguístico, retomadas, revitalização e fortalecimento das línguas, promove eventos científicos e internacionalização, buscando sempre a internacionalização do LALLI, do PPGL e da UnB. Foi o LALLI e continua sendo o LALLI o local em que até hoje foram realizados mais eventos científicos internacionais sobre línguas indígenas do Brasil.

Ariel Silva: O que tem sido e quais são os desafios em orientar estudantes indígenas em nível de mestrado e de doutorado em linguística, no âmbito do PPGL/UnB?

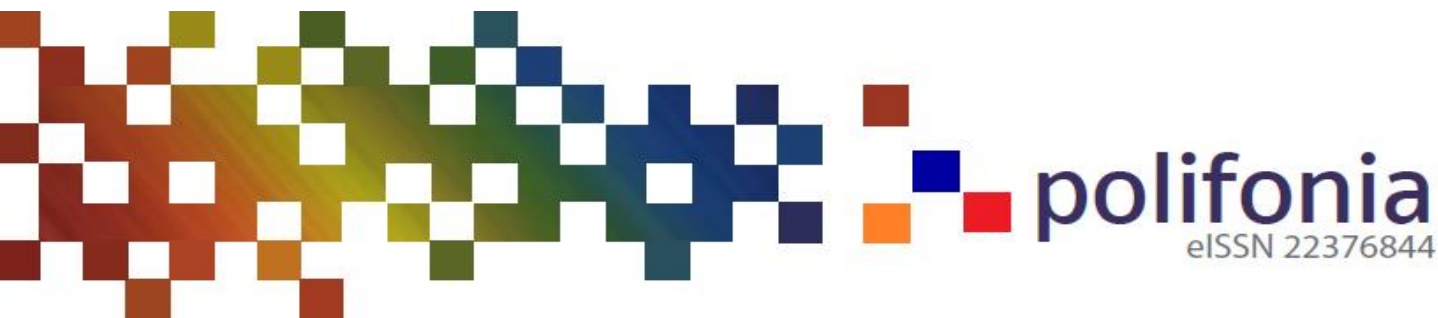
Ana Suelly: Nós começamos em 2006. No início, tudo era novo. Foi muito difícil, primeiro porque os alunos indígenas assistiam aulas junto com os não-indígenas, aulas em que se dava muita atenção a teorias, o que dificultava enormemente a aprendizagem dos indígenas. As pesquisas para os trabalhos finais requeriam a colaboração do orientador em campo com o aluno ou a vinda de parentes seus para Brasília. Pessoalmente eu participei de uma pesquisa de campo do meu ex-aluno Edilson Martins Melgueiro, na



comunidade Tunui Cachoeira, no rio Içana, para ajudá-lo na pesquisa para sua dissertação de mestrado. Logo no início percebemos outra dificuldade, que era a de que o aluno indígena precisava de mais tempo para entender tudo o que lhe era transmitido em seu curso. Precisava de mais dedicação do orientador e que as aulas tinham que ser mais de natureza laboratorial e menos teóricas, por conta das dificuldades que eles têm de abstrair ideias abstratas e tão novas para eles.

Havia também a descrença e mesmo atitudes negativas de colegas tanto de fora como da própria UnB, que propagavam que quem escrevia a tese dos alunos, éramos nós e não os próprios indígenas. E muita gente achava que a gente escrevia pelo índio. Ficou essa ideia estereotipada entre alguns até hoje, embora com passar do tempo, outros entenderam que a pesquisa e a orientação são uma parceria de mão dupla, a gente com o índio e o índio conosco. O conhecimento maior vem do aluno indígena e de seus colaboradores falantes nativos de sua língua. Nós, o professor Aryon e eu, não falávamos o Mehináku, o Matipú-Kalapálo, o Mbyá Guaraní, o Nheengatú, o Kamayurá, o Awetý, o Tikúna, o Xavante, o Xerente, o Xoklém, o Yawalapíti e tantas outras línguas, portanto, as dissertações e teses que foram concluídas até o presente no LALLI, contaram, sobretudo, com o conhecimento indígena de sua própria língua. A gente ajuda na redação e, devidamente, na metodologia. Mas o conhecimento da língua, da cultura é do indígena. Consolidamos, assim, uma rica parceria.

A gente sabe que todo começo é pleno de dificuldades, mas as reações contrárias à inclusão de indígenas na pós-graduação se acalmaram, quando outros programas de outras universidades passaram a abrir espaço para a inclusão de indígenas em seus programas de pós-graduação em linguística. Hoje em dia, quem trabalha realmente na orientação de indígenas sabe como é. Aprenderam na prática que se trata de uma parceria, como sempre dizia o professor Aryon, quando chegava um indígena para estudar e pesquisar no LALLI: “Esse professor vai ser seu orientador, mas você vai ensinar muito mais a ele do que ele a você.”



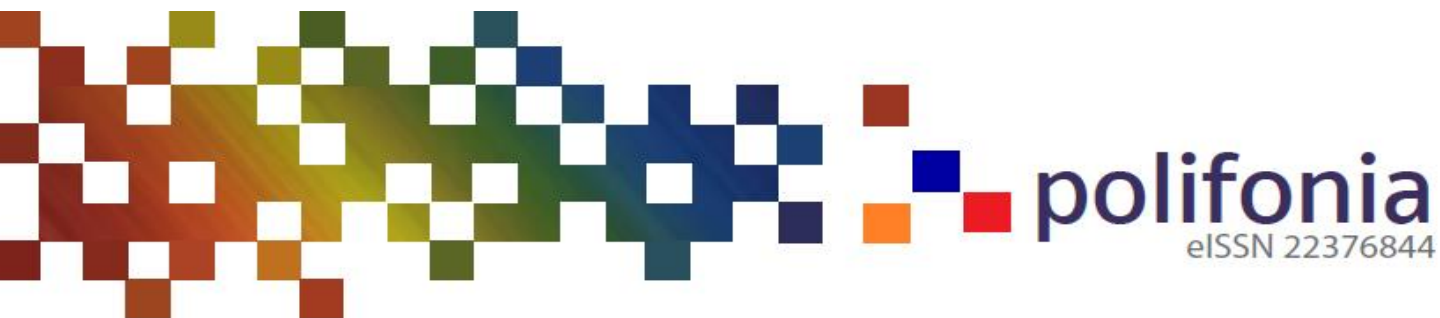
Hoje em dia é diferente. Como já temos um número razoável de alunos indígenas a cada edição do edital de mestrado e doutorado, as aulas são focadas mais nos indígenas. O não indígena pode participar, mas sabendo que a prioridade são os indígenas, e o tempo é o deles. E as aulas são blocadas em dois meses intensivos, ao invés de um longo semestre de quatro ou cinco meses. As são aulas laboratoriais, em que se aprende linguística analisando as línguas. A professora Rozana Naves, certa vez comentava que o LALLI realmente é diferenciado porque se trabalha não em uma sala de aula, mas em uma mesa redonda, todo mundo em volta, discutindo os dados que estão na mesa.

Então, as dificuldades foram e continuam sendo imensas, mas a gente acredita que com as licenciaturas interculturais indígenas, isto é, com a evolução desses programas interculturais e, também, com a entrada de indígenas em programas regulares de graduação, o futuro vai ser diferente. Os indígenas já vão entrar com uma prática de letramento, até mais forte em português e quiçá sabendo um pouco de inglês, mas também com mais prática de abstração de conceitos ocidentais, alguns dos quais de difícil entendimento com respeito a eles.

Ariel Silva: O que a senhora gostaria de dizer sobre a contribuição do Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas para a difusão do conhecimento científico sobre as línguas indígenas do Brasil?

Ana Suelly: Para o professor Aryon e para mim, em 2009, conversando com todos os pesquisadores daqui, inclusive com você, Ariel, e com o professor Jorge Lopes, decidimos pela criação de uma revista que fizesse a conexão da linguística com outras áreas de estudo, fundamentais para o entendimento das linguagens e línguas dos povos indígenas do Brasil.

Então pensamos em uma revista que se diferenciasse e que fizesse essa intersecção com a genética humana, com a biologia, com a etno-história, com a etnomatemática, com

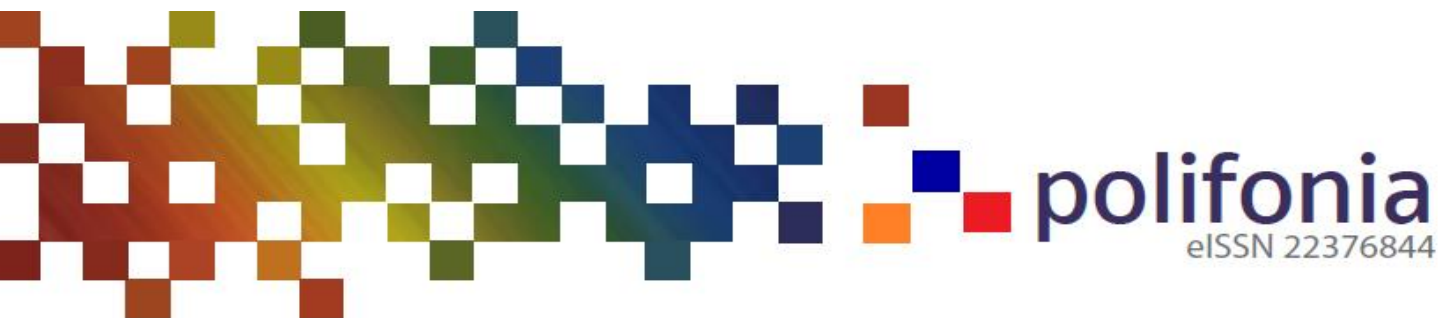


a etnobotânica, com a antropologia e etnologia, e aí criamos a Revista Brasileira de Linguística Antropológica (RBLA), em 2009 mesmo. Agora, em 2023, chegamos no número 15 da revista. Nos anos iniciais eram dois volumes por ano, mas há dois anos adotamos o projeto de fluxo contínuo. A revista aceita dossiês específicos, como os dois últimos números, que tivemos o dossiê número 1 de povos isolados e de recente contato, e que neste ano vamos publicar a segunda parte.

Olhar a língua numa perspectiva que privilegia essa interface língua e cultura, língua, cultura e pré-história, língua e etnobotânica, língua e etnozoologia, etc., refletindo a rica experiência cognitiva com a natureza, com as plantas, com os animais a pré-história, é realmente fascinante.

A Revista foi um dos meios que encontramos para divulgar o conhecimento científico sobre as línguas e culturas dos povos originários da América do Sul e suas conexões com outros povos adas américas, tanto no Brasil, como na América Latina e no mundo em geral. Nós estamos muito satisfeitos com a RBLA. Não se trata de uma revista meramente interdisciplinar, mas que focaliza a linguística dialogando com outras áreas do conhecimento. Digamos que a linguística naturalmente se associa com diferentes disciplinas, mas em torno de um só objeto comum que é a língua. Então não se trata simplesmente uma revista interdisciplinar, mas de um periódico transdisciplinar, o que é diferente. Porque são várias disciplinas interconectadas, em função de um objeto em comum. E no nosso caso, língua e cultura, claro, são inseparáveis.

Mas não devemos esquecer da importância do LALLI na formação de bons linguistas que têm contribuído enormemente com suas publicações para a difusão do conhecimento sobre as línguas indígenas do Brasil. E também não podemos deixar de mencionar a importância dos encontros internacionais organizados pelo LALLI e as publicações dos trabalhos neles apresentados.



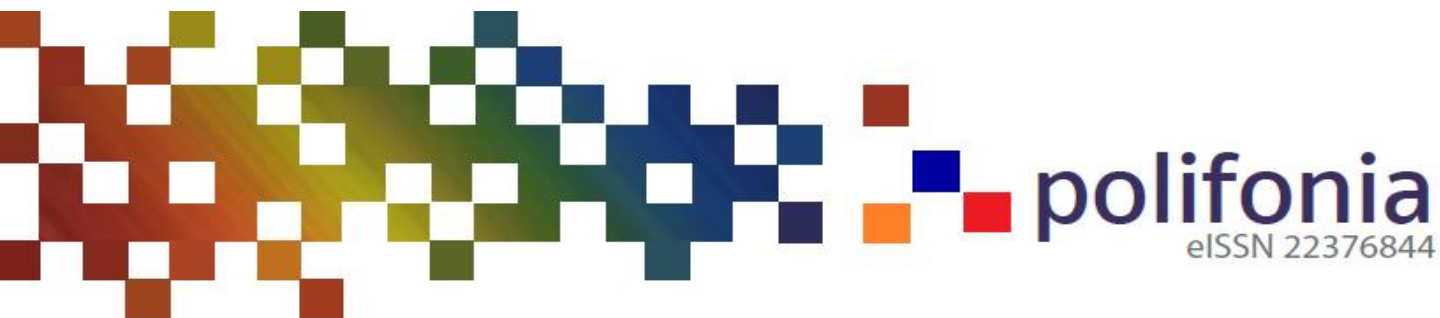
Ariel Silva: O Brasil é considerado um país com mais diversidade linguística nas américas, devido principalmente ao número de famílias linguísticas que possui. Na perspectiva da senhora, o que essa diversidade representaria para os povos indígenas, para a sociedade brasileira não indígena e para o mundo?

Ana Suelly: Primeiramente, a gente sabe que predominou o pensamento aqui no Brasil de que aqui se falava uma língua chamada Tupí. Aliás, essa ideia continua a existir apesar de todas as informações que a gente tem hoje sobre os povos, suas línguas e culturas. Os próprios movimentos indígenas são responsáveis hoje em dia pela divulgação da diversidade que nós temos, diversidade étnica, linguística e cultural. Mas, mesmo assim, ainda prevalece a ideia de que no Brasil se fala uma língua, a Tupí, a língua do índio, em geral.

No Brasil, o movimento indígena pela luta da terra tem crescido e se fortalecido, desde a constituinte, passando pela década de 1990 com a mudança nas políticas educacionais, com o magistério indígena e a revisão curricular enfatizou a diversidade linguística e currículos que refletissem a realidade de cada povo. Tivemos, em seguida, o nascimento das licenciaturas interculturais. Todas essas políticas foram alimentadas principalmente pela luta dos movimentos indígenas.

As reuniões atuais dos movimentos indígenas, sobretudo as que ocorrem em Brasília, como o Acampamento Terra Livre (ATL), a Marcha das Mulheres Indígenas, assim como a criação de várias associações indígenas, como a COIAB, no Amazonas, a Apib, nacional, instituições como o ISA, como o CIME e a OPAN, têm contribuído para a conscientização da diversidade linguística e cultural do Brasil. Naturalmente todas essas forças juntas só fortalecem os movimentos sociais dos povos indígenas do Brasil.

Então, eu acredito que a diversidade linguística e cultural, realmente começa a ser entendida com mais fidedignidade pelos próprios povos indígenas, a partir de sua própria luta, e com o contato com o conhecimento do outro, nesses eventos e movimentos, em que essa diversidade é reunida. É isso que acontece quando a gente vive um ATL e o



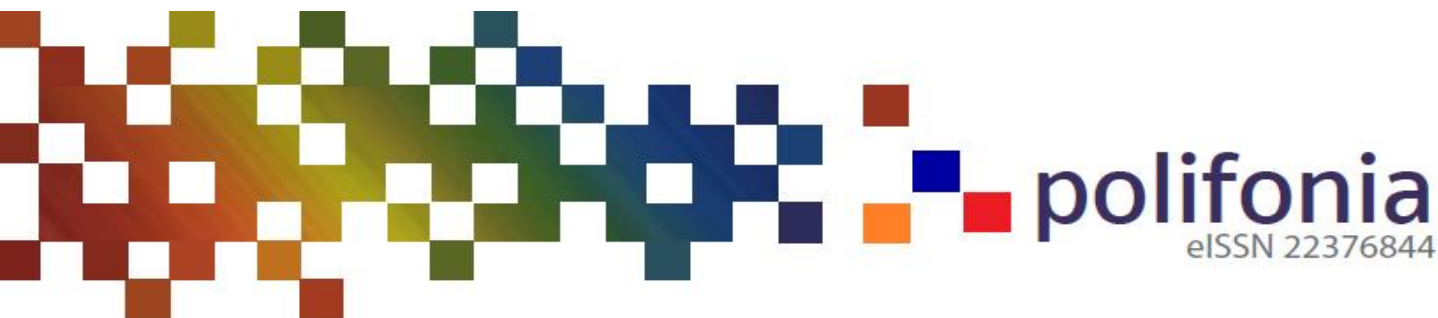
encontro dos indígenas falando de suas problemáticas, discutindo seu futuro e cada um orgulhoso de suas indumentárias, de suas marcas estéticas e identitárias, que os identificam e os diferenciam uns dos outros. Para os indígenas é a força de um conjunto. Não são mais os Tukáno, ou os Teréna, ou os índios do Acre, agora são os povos indígenas do Brasil juntos, lutando, cada um por seu território, sua língua, sua cultura, se reconhecendo, se abraçando nas danças... Então tudo isso faz a gente ver realmente que a diversidade linguística passa a ser muito importante para os povos indígenas do Brasil, que nos ATL's são um conjunto, um forte coletivo.

Acredito que hoje, sim, há esse entendimento maior, entre os indígenas, e quando vemos cinco mil indígenas de diferentes etnias presentes em um ATL, ou 600 indígenas insistentemente presentes em Brasília para assistir o julgamento do Marco Temporal no STF, constatamos que a diversidade é para os indígenas uma força maior para os seus movimentos na luta pelos seus direitos.

Rose Luciano: Qual vai ser o papel do LALLI nos próximos anos e décadas, pensando o cenário nacional das línguas indígenas.

Ana Suelly: Há dois caminhos, ou o LALLI continua, ou... O LALI que foi criado pelo prof. Aryon D. Rodrigues fecha suas portas físicas. Eu estou no lugar do professor Aryon, mas não sou eterna. Vai chegar um dia em que vou ter que entregar a coordenação para alguém que continuará o trabalho, criado pelo grande Mestre.

Mas tudo vai depender da própria Universidade de Brasília, em criar condições para que o LALLI continue a frutificar, mas guardando esse afinamento com tudo aquilo que vem da sua origem, com o prof. Aryon Rodrigues. Então, para que o LALLI continue a servir à pós-graduação e a representar a Universidade de Brasília como um laboratório, depende muito das políticas internas.

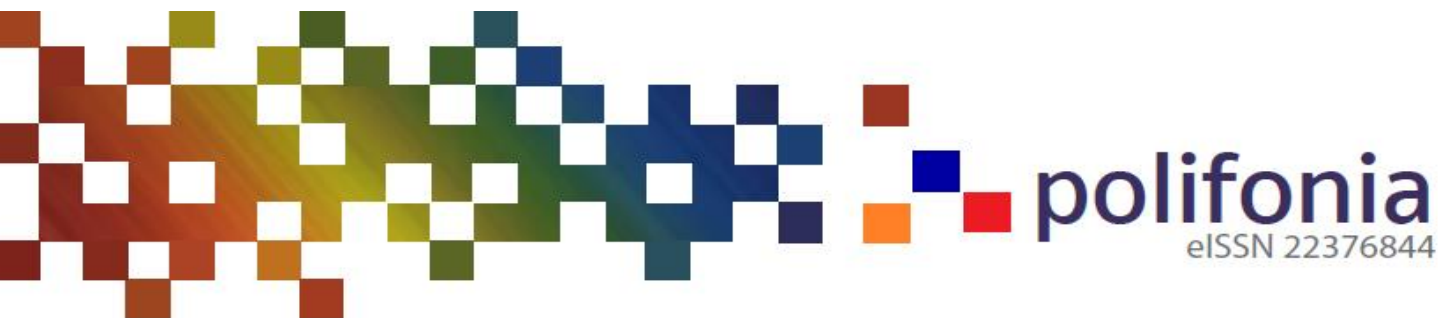


Porque o nos diferencia é realmente por sermos um laboratório, onde se estuda, analisa e documenta as línguas. É a pesquisa, é o estudo, voltado para formação, para a documentação, para a história das línguas. O LALLI é também um centro de difusão de conhecimentos, um espaço que promove a internacionalização da Universidade de Brasília nessa área de conhecimento das línguas indígenas, sempre interagindo com o PPGL na formação de novos profissionais que venham cada vez mais contribuir para o bem-estar dos povos.

O outro caminho é o LALLI ter um fim físico na UnB. Mas mesmo se isso vier a ocorrer, o LALLI já está presente em várias regiões do Brasil, para onde foram os seus egressos, como por exemplo na UNIFESSPA, com Lucivaldo Costa, na UFMT, com o Maxwell Miranda, na UFGD, com Andrébio M. Martins, na UFAM, com Sanderson S. Oliveira, na UNIR, com Fábio Couto, Edineia Isidoro e Ana Maria Aguilar, na UFPB com Carolina Aragón, na UFPA com Tabita F. da Silva e Jorge Domingues Lopes, na UEPA, com Eliete de Jesus Bararua Solano, no Museu Nacional, com Fernando O. de Carvalho, na UNIFAP, com Eduardo Alves, na UnB, com Marina Magalhães e Tiago Chacon, no IFAM, com Edilson Martins Melgueiro, mas também em outros lugares.

Então o LALLI nunca vai morrer, porque o LALLI formou pesquisadores que estão hoje formando outros pesquisadores, promovendo eventos, editando periódicos, como Maxwell Miranda que hoje é responsável pela revista Polifonia e Andrébio M. Martins que edita a revista RAIDO da UFGD. Há egressos do LALLI que se dedicam aos Interculturais, como Eliete Solano, Edineia Isidoro, Andrébio M. Martins, Fábio Couto, assim como à educação no campo, como Lucivaldo Costa.

Então o LALLI está na história, na sua revista, nos livros que publicou, na organização de tantos eventos, na formação de vários linguistas indígenas e não indígenas e na difusão de importante conhecimento sobre as línguas indígenas do Brasil. Então o futuro do LALLI é esse, disseminado por vários estados e universidades, onde estão hoje os seus egressos. Então ele nunca vai morrer. Mas o LALLI pode continuar na UnB, com



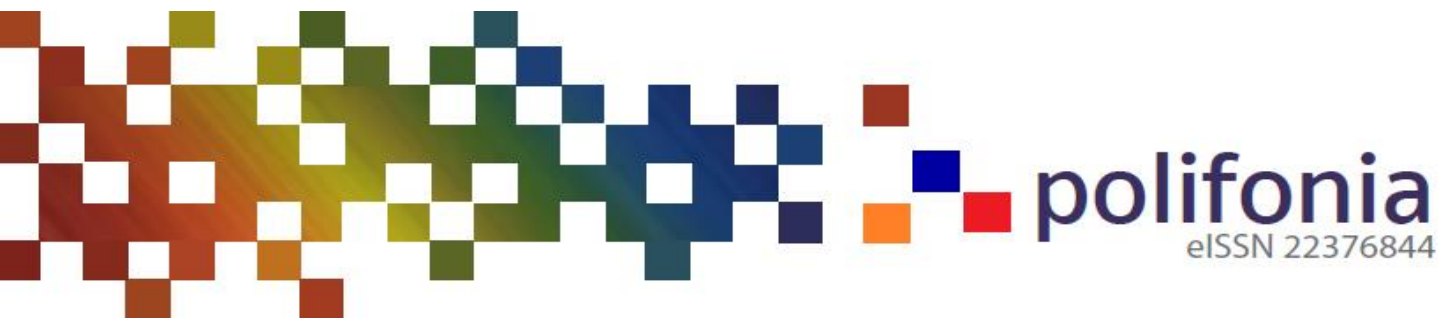
alguém que leve adiante a criação do professor Aryon Dall’Igna Rodrigues, seguindo a sua orientação.

Ariel Silva: Professora Ana Suelly, então, para finalizar gostaria de passar a palavra para senhora, para um último comentário ou até um conselho para indígenas ou não indígenas, na importante pesquisa e ações junto a comunidades indígenas e a suas línguas.

Ana Suelly: Olha, o que eu espero, é uma esperança, é que a contribuição do LALLI e de outros centros de estudo e de pesquisa sobre línguas indígenas no Brasil frutifique e realmente sirva, não só para o conhecimento científico das línguas, mas que sirva principalmente para os seus povos. Um exemplo é a documentação de momentos da história das línguas, sendo que essa documentação e esse conhecimento são importantíssimos para o futuro, para a formação de linguistas indígenas, o que é algo que falta no Brasil.

Espero que haja o trabalho conjunto, a associação dos pesquisadores, independentemente de suas crenças e ideologias e dos seus interesses próprios. O que falta no Brasil é o diálogo, é pensar em construir conhecimentos científicos colaborativos, a formação colaborativa, e não um trabalho de grupinhos de tal instituição com tal instituição, discriminando outras instituições ou minimizando trabalhos.

Eu acho que os linguistas do Brasil, acho que aqui no Brasil tem que haver mais interação entre linguistas brasileiros, independentemente das interações com o estrangeiro. Acho que dentro da casa, ela tem que ser mais arrumada, para que realmente o trabalho linguístico beneficie os povos indígenas do Brasil. Espero que a gente linguista pense mais nos indígenas, nas comunidades indígenas, do que no seu próprio currículo, na sua própria história, no seu próprio benefício, isto é, que a gente pense mais no outro, com um olhar de alteridade.



Referências

AZEVEDO, Gilda Maria Corrêa de. *Língua Kiriri*: Descrição do dialeto Kipeá. Dissertação de Mestrado. Brasília: PPGL/UnB, 1965.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Phonologie der Tupinambá-Sprache*. Tese de doutorado. Universidade de Hamburgo, 1959.

_____. Tarefas da linguística no Brasil. Estudos Linguísticos. *Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada*, 1966, vol. 1, n. 1, p. 4-15

CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara; RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (Orgs.). *Línguas indígenas brasileiras: Fonologia, gramática e história* Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL. Belém: EDUFPA, 2002, v. 1 e 2.

HINTON, Leanne. *Como manter sua língua viva: uma abordagem da aprendizagem individualizada baseada no bom senso*. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, Volume Especial, 2020.